

# LITERATURA MEDIEVAL

Volume IV

ACTAS DO IV CONGRESSO  
DA  
ASSOCIAÇÃO HISPÂNICA DE LITERATURA MEDIEVAL  
(Lisboa, 1-5 Outubro 1991)

Organização de  
AIRES A. NASCIMENTO  
e  
CRISTINA ALMEIDA RIBEIRO

EDIÇÕES COSMOS

Lisboa  
1993

© 1993, **EDIÇÕES COSMOS e ASSOCIAÇÃO HISPÂNICA  
DE LITERATURA MEDIEVAL**

Reservados todos os direitos  
de acordo com a legislação em vigor

Capa

Concepção: Henrique Cayatte  
Impressão: Litografia Amorim

Composição e Impressão: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: Maio de 1993  
Depósito Legal: 63841/93  
ISBN: 972-8081-07-3

Difusão

**LIVRARIA ARCO-ÍRIS**

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P 1000 Lisboa  
Telefones: 795 51 40 (6 linhas)  
Fax: 796 97 13 • Telex: 62393 VERSUS-P

Distribuição

**EDIÇÕES COSMÓS**

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa  
Telefones: 342 20 50 • 346 82 01  
Fax: 347 82 55

## A Cada um a sua Batalha de Tarifa

*Teresa Amado*

Universidade de Lisboa

O título deste trabalho resume o ponto de partida das considerações que irei desenvolver sobre os mais antigos relatos conhecidos da batalha do Salado, ou de Tarifa. Da sua leitura, ressalta efectivamente, desde logo, a diversidade que apresentam esses textos entre si. Algumas diferenças são determinadas pela circunstância óbvia de o lugar, geográfico e político, em que se situa cada narrador, ser distinto, outras creio poderem atribuir-se a outros factores.

Pela sua natureza intrínseca de confronto absoluto e decisivo, acrescida, na história da Idade Média, da dependência do poder instituído face ao poder militar, a batalha, em que se manifesta o valor relativo dos indivíduos e dos grupos, torna-se para o escritor medieval campo propício e aconselhável à exposição de argumentos de razão e de direito, de que os sinais do favor (ou da indiferença) de Deus são indissociáveis. Este investimento ideológico explica a importância que assume a identidade do narrador na construção do discurso que nos é proposto encarar como memória do acontecimento.

Dos textos em questão, são portugueses o quase desconhecido *Poema da batalha do Salado*, a narrativa inserida no título XXI do *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro e a que, estendendo-se por alguns capítulos, culmina no cap. LXII da *Crónica de D. Afonso IV*, última das *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*. Nenhuma delas é contemporânea da batalha, ocorrida em 30 de Outubro de 1340. A primeira, de cerca de 1380, não é impossível mas é improvável que tenha sido escrita por um dos participantes; é natural, porém, que se tenha baseado no testemunho de alguém que o foi. A segunda, chegou-nos só através da versão assinada por Rui de Pina, que não se sabe bem o que aproveitou de Fernão Lopes ou doutros autores anteriores. Em qualquer caso, separa-a do reconto uma série complexa de textos e montagens. Quanto ao *Poema*, de que se conhecem hoje 56 versos, se o seu autor Afonso Giraldes esteve realmente presente, constituiria um testemunho precioso, ao que permite conjecturar a qualidade informativa dessas poucas quadras, mas apenas uma tem uma alusão à batalha, consistindo as outras em notícias biográficas sobre o rei. Não será, pois, objecto de referência.

O *Poema de Alfonso XI* e a *Crónica de Alfonso XI*, castelhanos, contêm os relatos cristãos mais antigos dos acontecimentos, escritos antes da morte do rei, respectivamente em 1348 e 1344, segundo Diego Catalán. Uma versão mais longa da crónica, posterior de uns trinta anos, fez acrescentos vários ao episódio (caps. 328-330), alguns dos quais Catalán supõe provenientes do *Poema*, tal como admite que o autor deste, Rodrigo Yañez, tenha utilizado a versão concisa da crónica, de Fernán Sánchez de Valladolid. É o cap. 256 desta obra que aqui interessa, cujo texto li pela edição crítica da *Gran Crónica de Alfonso XI*, de Catalán.

Finalmente, dois relatos de historiadores árabes. O de Ibn Khaldoun, que não esteve presente mas foi contemporâneo, é o mais pormenorizado. Encontra-se na *Histoire des Berbères* traduzida pelo barão de Slane. O outro é uma citação dum «historiador africano» (que não é Khaldoun) por Al-Makkarí, no século XVII, na *History of the Mohammedan Dynasties in Spain*, traduzida por Pascual de Gayangos. Começarei por estes.

O que Makkarí transmite é a notícia sucinta dum acontecimento distante e nefasto. Limita-se a apontar as condições em que o exército conjunto dos dois reis muçulmanos se

preparou para combater os cristãos, e a referir logo em seguida, em termos que procuram des-  
pertar a comoção mas mal chegam a mencionar factos, a devastadora derrota sofrida pelos  
seus, com um comentário sobre os desígnios insondáveis de Deus e uma discreta declaração  
de que «não investigaremos como aconteceu». O número dado para as forças marroquinas não  
coincide com o de nenhum dos escritos cristãos, mas fica próximo e, como neles, é registada  
a prisão dum filho do sultão. O texto sublinha as intenções odiosas dos «infiéis», o digno mar-  
tírio dos vencidos e a impotência humana perante as manifestações da vontade divina.

A narrativa de Ibn Khaldoun, sintética e clara, satisfaz intuítos mais informativos, ali-  
nhando uma sequência de factos bem seleccionados e ordenados em rigorosa cronologia.  
Depois das peripécias da guerra entre muçulmanos e cristãos que antecederam o cerco de  
Tarifa, passa à descrição da batalha, cujo desfecho parece atribuir acima de tudo ao ataque do  
pequeno exército cristão que, na noite anterior, conseguira introduzir-se na cidade sitiada, e  
saíndo daí, obtivera um efeito de total surpresa sobre os adversários. Num discurso estritamente  
objectivo, refere a debandada do sultão com o grosso do exército e a prisão do seu filho, tam-  
bém notada pelo outro cronista, as muitas mortes no campo de batalha, e a matança e prisão  
das mulheres de Alboacem que o rei cristão lamentou. Não diz data precisa nem números de  
contingentes guerreiros. Mal parece ter chegado a haver batalha, apenas aquela surtida ines-  
perada e arrasadora dos inimigos que desmorteou os muçulmanos e os impediu de se recom-  
porem e reagir. Não há heróis nem mártires, apenas um facto histórico a que não se sobrepõe  
qualquer significado interpretativo. É outro estilo de historiariar.

Quanto aos textos cristãos, convém estabelecer entre eles algumas relações genealógicas,  
responsáveis pelas semelhanças e repetições que acompanham as diferenças a que me referi  
no começo. No estado dos conhecimentos actuais a tradição inicia-se, por um lado, com o  
relato do *Livro de Linhagens*, e por outro, com o *Poema* e a crónica de Afonso XI, que podem,  
como se viu, ter aproveitado testemunhos orais em primeira mão. A relação entre estes dois  
textos está ainda mal definida. A *Crónica de D. Afonso IV* combina elementos tirados do  
relato português anónimo com outros fornecidos pela crónica e pelo poema castelhanos e  
talvez pelo português, e por fontes que desconhecemos, numa difícil mas razoavelmente bem  
sucedida operação de articulação de versões por vezes totalmente divergentes uma da outra.  
A versão longa da crónica do rei castelhano, por seu turno, acentua a tendência para o pane-  
gírico do rei já esboçada no texto seu antecessor, multiplicando as ocasiões de o fazer figurar  
como herói, tanto na acção como no discurso. Nalguns casos o *Poema* serve-lhe de modelo,  
mas nem sempre.

Entre os textos castelhanos as diferenças factuais são insignificantes, a não ser quanto à  
maior quantidade de informação contida nas narrativas em prosa e, entre estas, tanto quanto  
me pude aperceber, o aumento do espaço dado a personagens mouras que caracteriza a *Gran  
Crónica*, certamente resultante dum aproveitamento alargado de historiadores com a mesma  
origem. Diego Catalán indicou algumas dessas fontes. O ponto de vista não sofre, portanto,  
alteração. Não há dúvida de que a importância da batalha do Salado para os dois países ven-  
cedores foi imensa, como já tinha sucedido com as batalhas de Navas de Tolosa e, ao que tudo  
parece indicar, de Ourique. A desproporção numérica das forças em confronto, a hostilidade  
exacerbada pela questão religiosa e o objectivo vital da defesa (ou conquista) do território  
concorreram em todas essas ocasiões para expandir o significado emotivo e simbólico do  
acontecimento.

O resultado político imediato foi, evidentemente, mais sensível para os castelhanos. Exi-  
bindo a habitual historicidade que a tradição do género manteve em Castela, e sem deixar de  
nomear muitos outros cavaleiros, o cronista de Afonso XI apenas exercita a sua imaginação  
retórica no elogio de actos heróicos do monarca e do efeito animador decisivo que tiveram nas  
tropas que o seguiam. O *Poema*, igualmente com um forte suporte histórico, distribui mais  
amplamente a exaltação épica pelo conjunto dos castelhanos, e faz do rei uma espécie de  
incarnação simbólica desse todo. Tanto um como o outro dão relevo à participação portuguesa



na vitória e à intervenção de D. Afonso IV, mas colocam-nas num plano subalterno ao dos seus aliados, como aliás deveu corresponder à realidade, não só pelo diminuto número de soldados envolvidos (a *Crónica de Afonso XI* refere que este se viu obrigado a juntar-lhes um reforço), como pelo menor empenho que a empresa lhes requereu. Ambos os reis tiveram mérito, mas a verdade é que o exército granadino, que coube aos portugueses defrontar, era incomparavelmente mais pequeno que o dos mouros africanos. Além disso, estes foram, segundo Fernán Sánchez, os primeiros a serem postos em fuga pelos adversários, e se os de Granada os seguiram pouco depois, foi porque um dos capitães das forças castelhanas vitoriosas acorreu entretanto a ajudar a combatê-los.

A *Crónica de D. Afonso IV* conta as coisas doutra maneira. Seguindo o *Livro de Linhagens*, inverte a ordem dos combates e proclama o rei português «o primeyro vytoryoso» (p. 341), embora, reproduzindo em resumo o episódio do Prior do Crato e da Vera Cruz, atribua à virtude da relíquia a difícil e gloriosa vitória. A diferença que separa neste passo os dois textos quanto à identidade do chefe dos opositores dos portugueses, o rei de Granada na crónica (de acordo com a crónica de Afonso XI e todas as outras fontes) e, no Nobiliário, Alcarac, turco ao serviço de Alboacem, gera uma incongruência na crónica portuguesa, de que o autor não se deu conta ou não fez caso: tendo a Cruz surgido entre os guerreiros de Granada, é Alcarac que mais tarde a descreve e aos seus poderes sobrenaturais perante o desesperado rei marroquino, tal como no relato anónimo, que aí volta a ser seguido. Talvez a exemplo do poema de Afonso Giraldes, que também pode ter fornecido o nome do alferes de Portugal, esta é a única narrativa que menciona o pai de Álvares Gonçalves Pereira entre os combatentes.

De qualquer modo, tal como observei a respeito dos textos castelhanos, e tanto quanto é possível depreender da repetição de factos e nomes contidos nessas primeiras versões e da sua concordância com a pouca informação dada pelos autores árabes que citei (a que se pode juntar uma versão compósita organizada por Conde na *Historia de la dominacion de los arabes en España*), as principais circunstâncias históricas da batalha, ou pelo menos a tradição que se fixou com esse valor, estão presentes na crónica afonsina portuguesa. Se aquelas fontes árabes, na sua exiguidade, são insusceptíveis de figurar entre as que serviram aos autores cristãos, é também inegável que os acontecimentos que relatam, vistos do seu lado com despeito e consternação, são os mesmos que outros descrevem com admiração e entusiasmo.

O único texto que se exclui em parte deste sistema de convergências é o que se encontra no *Livro* do conde D. Pedro. Para além da invulgar qualidade literária que é, justamente, um dos principais factores do seu interesse, e que não é meu propósito analisar, distinguem-no duas componentes fundamentais: o milagre (em que incluo o papel de D. Álvaro) e a personagem Alcarac. Creio que há um nível de significação que os correlaciona.

O milagre e o discurso *prodigioso* que em geral o acompanha, exprime, na descrição das batalhas, o sentimento de que as forças em jogo escapam à vontade dos homens, e dá-se então uma representação concreta à intervenção de Deus, que, unicamente, pode responder pelo sentido do desfecho. No caso presente, nada há de novo no lado cristão. A alternância de ímpeto inicial, desânimo e recuperação das energias e confiança até à vitória, é um lugar comum da retórica narrativa deste tipo de episódios, sempre eficaz. Por outro lado, é a única versão em que um membro da nobreza se sobrepõe, como herói, ao rei.

O quadro geral do acontecimento está longe de ser fantasista. Com a excepção de Alcarac, os nomes mencionados são quase todos identificáveis historicamente (Ricard deu algumas achegas nessa direcção) ou pela tradição textual. Os factos que delimitam a batalha propriamente dita, ou seja, a estratégia de ataque dos cristãos (se exceptuarmos a omissão da referência ao rei de Granada), a fuga de Alboacem e o que lhe sucedeu em seguida até morrer, não contradizem nas linhas gerais a história conhecida. Apenas chama a atenção a falta de qualquer notação temporal. No caso do pequeno excursus biográfico sobre o sultão de Fez, depara-se com um amontoado de notícias, que nem o texto anterior nem o seu contexto, lembrado

pouco antes do final do parágrafo, justifica. A única frase que pode funcionar como explicação para a sua presença, é a que comenta a morte do rei, vencido e triste: «E assi mostra Jesu Christo seus milagres contra os que querem ir contra a sa fe» (p. 256). Mas é duvidoso que seja suficiente.

No que toca ao relato do combate, peca largamente por omissão. A par dos reis português e marroquino e de Alcarac, só é nomeado um filho de Alboacem (não o que fica prisioneiro, segundo as outras fontes) que intervém com o servidor fiel para obrigar o pai a fugir da batalha e da morte certa. Dos dois números que mais claramente se apreendem, o de 13.000 para os cristãos é o mesmo que dão o poema e a crónica castelhanos, e o de 57.300 mouros mortos e cativos é diferente de cada um dos outros três, dados naqueles textos e na crónica portuguesa. Embora estes números sejam frequentemente arbitrários, devem em geral provir das fontes consultadas. Pode supor-se, por isso, que o primeiro denuncia o uso de fontes comuns, já que parece difícil de admitir o uso directo dos textos castelhanos.

Mais interessantes do que as semelhanças, são as diferenças. O autor desconhecido da narrativa, que muito tem dado que escrever e que falar, fornece algumas indicações úteis, ou que creio poderem sê-lo, não obviamente para lhe revelar o nome, mas para juntar alguns traços ao seu retrato.

«Desi, porque este livro é de linhagẽes, nom faz mester de en el falar de todo, salvo d'algũas cousas maravilhosas estremadas, em breve, que passarom estes linhagẽes» (p. 256). A diferença relativamente à atitude típica do cronista, tal como o podemos imaginar na penúltima década do séc.XIV, é flagrante. A coerência da afirmação com o texto que a antecede, também. Não se pretende registar o passado, mas isolar alguns poucos casos, excessivos e espantosos, de que bastará um para ilustrar a vida dum homem. António José Saraiva deduz que o autor foi um cavaleiro próximo do Prior do Crato e ligado à Ordem do Hospital e lembra, a propósito, a alusão do narrador às táticas de combate que os Hospitalários usavam contra os turcos. Ora essas lutas davam-se na região do Mediterrâneo Oriental, eram uma extensão das guerras das Cruzadas. Algumas expressões exclusivas deste texto falam dum âmbito muito vasto de terras e de gentes: «tanta cavalaria de Mouros nom podia haver em todo Africa nem em Asia» (p. 242), pensavam os cristãos ao olhar o exército inimigo; «Ai velho, hoje perdiste o teu nome que havias em toda Eiropa, em toda Africa, e em Asia» (p. 249), lamenta-se, em solilóquio, o infeliz sultão; «posto que todos os Espanhoes e Franceses e Alemaes e Ingreses ali estevessem, que haveriam lides pera VIII dias» (p. 243), imaginavam os cristãos, mais uma vez apreciando a imensidão dos mouros. Creio serem relativamente insólitas as referências à Ásia e ao conjunto dos povos europeus em autores peninsulares, cujas imagens se limitariam mais normalmente a incluir África, Franceses, Ingleses. Podem indicar um espírito habituado à atmosfera dessas guerras longínquas e, por excelência, santas, e à realidade diversa e heteróclita que rodeava os que nelas participavam. O conhecimento teórico e prático que Alcarac revela das técnicas guerreiras usadas no Oriente pelos cavaleiros do Hospital seria uma simples confirmação dessa experiência pessoal do autor se a narrativa fosse de ficção. Não creio, porém, que o teor do texto comporte a introdução duma personagem totalmente imaginada. Será de admitir o uso de uma fonte com determinadas características, necessariamente distintas das que marcavam os escritos a que recorreram os autores das outras narrativas.

O tratamento da personagem Alcarac tem aspectos que singularizam o interesse pelo «turco» e pelo árabe em geral que transcendem, julgo, a mera intenção de acentuar o desespero dos vencidos e os motivos da vitória cristã através da sua fala, e mesmo de figurar o *outro* rendido às maravilhas do poder sobrenatural que protegia os cristãos, de que fala Bernardo Vasconcelos e Sousa. Não me refiro aqui aos incitamentos, orações e pranto do rei Alboacem (ou Albofacem), belíssimos, para os quais se podem encontrar antecedentes no *Poema de Alfonso XI* e no *de Fernán González*. De Alcarac, que não só substitui o rei de Granada como chefe adversário dos portugueses, como aparece sempre dotado de grande



dignidade e sabedoria, diz ainda o narrador que, quando ia pelo campo da batalha já perdida recolhendo os homens que lhe restavam, aos cristãos que o perseguiam, «afastava-os de si fazendo sas esporoadas contra eles mui fremosamente, assi que todos aqueles que en el topavam nom guanharam com el prez» (p. 251).

A atenção e o respeito de que os mouros são frequentemente alvo da parte dos cronistas cristãos parece-me dever ligar-se aos longos anos de coexistência e de trocas que, especialmente em Portugal, tendemos demasiado a esquecer. Creio difícil recusar a probabilidade de que um testemunho árabe com um envolvimento mais pessoal que o do simples registador de factos tenha estado na origem desta narrativa, e sido aproveitado por alguém que conviviera familiarmente com mouros, como adversários e, talvez, como companheiros. Se à recriação da «guerra santa» em terreno peninsular se deve o empolgamento do confronto, a que talvez a pura realidade factual não desse matéria suficiente, a simetria que o narrador estabelece entre os contendores produz mais do que um já tantas vezes praticado e elogiado efeito dramático. Depois das expressões perfeitamente paralelas de desespero da fé pelas bocas duns e doutros, a afirmação clamorosa da supremacia da religião cristã não impede que a personagem do «turco», a quem a visão da Cruz toca dum modo tão especial, nunca se dilua inteiramente no campo dos vencidos.

## Bibliografia

- Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, ed. crítica de C. Silva Tarouca, II, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1952-1953.
- Gran Crónica de Alfonso XI*, ed. crítica de Diego Catalán, 2 vols., Madrid, Ed. Gredos, 1976.
- Historia de la dominacion de los arabes en España*, sacada de varios manuscritos y memorias arabigas, por José António Conde, Paris, Baudry-Libreria Europea, 1840 (p. 603).
- Ibn Khaldoun, *Histoire des Berbères*, tradução do Barão de Slane, IV, Paris, Lib. Orientaliste Paul Geuthner, 1956 (pp. 225-232).
- Livro de Linhagens* do conde D. Pedro, ed. crítica de José Mattoso, «Portugaliae Monumenta Historica», Nova Série, II/1, Lisboa, Academia das Ciências, 1980 (pp. 242-257).
- Al-Makkarí, Ahmed Ibn Mohammed, *The History of the Mohammedan Dynasties in Spain*, tradução de Pascual de Gayangos, Londres, 1843 (p. 356).
- Ricard, R., «La relation portugaise de la bataille du Salado», *Hespéris*, 43, 1956 (pp. 7-27).
- Saraiva, António José, «O autor da narrativa da batalha do Salado e a refundição do Livro do Conde D. Pedro», *Boletim de Filologia*, XXII, 1972, Lisboa, (pp. 1-16).
- Vaquero, Mercedes, «The Poema da batalha do Salado: some new stanzas and the Poema's relation to Castilian and Latin Texts», *Portuguese Studies*, 3, 1987, King's College, Londres, (pp. 56-69).
- Vasconcelos e Sousa, Bernardo, «O sangue, a cruz e a coroa. A memória do Salado em Portugal», *Pénelope*, 2, 1989, Lisboa (pp. 28-48).
- Yañez, Rodrigo, *El Poema de Alfonso XI*, ed. de Yo Ten Cate, Madrid, C.S.I.C., 1956.